



ISSN 2359-5051

# Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar  
de Professores

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL NA EJA: ESTIMULAÇÃO A CRITICIDADE PARA ANÁLISE DO DISCURSO DE ÓDIO E FAKE NEWS

## DIGITAL LITERACY IN EJA: STIMULATING CRITICAL THINKING FOR THE ANALYSIS OF HATE SPEECH AND FAKE NEWS

Sara Regina Campelo Dias dos Santos<sup>1</sup>

David Arenas Carmona<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho aborda a importância da integração da alfabetização digital e midiática no currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o desenvolvimento de cidadãos digitais críticos. O problema de pesquisa se refere à necessidade de capacitar os alunos da EJA para o uso responsável das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), enfrentando a proliferação de fake news e discursos de ódio nas plataformas digitais. Os objetivos deste estudo são analisar como a inclusão das TICs na EJA pode promover a cidadania digital e o letramento crítico, além de identificar os principais desafios e avanços nesse processo. A metodologia utilizada é qualitativa, com revisão bibliográfica sobre o tema e análise de documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para EJA e propostas do Ministério da Educação (MEC). Os principais resultados indicam que, apesar dos avanços no campo jurídico e educacional, persistem desafios relacionados à infraestrutura das escolas, à formação dos educadores e ao acesso desigual às tecnologias. Conclui-se que a EJA, ao integrar a alfabetização digital, não só oferece uma educação formal para adultos, mas também desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade digital, sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

**Palavras-chave:** Criticidade.EJA. Fascismo. TICs.

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social (UNICAP), Pedagogia (UFPE), Bacharelada em Filosofia (UFPE), Especialista em Infância e Educação FUNDAJ/Difor e pós graduanda em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural (UFMS) - [sararcampelo@gmail.com](mailto:sararcampelo@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor e Orientador do Programa de Especialização Lato Sensu em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas na inclusão e na diversidade cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ). Licenciado em Pedagogia, Especialista em Docência para o Ensino Superior. Mestre em Geografia pela UFMS, Doutorando em Educação pela FAED/UFMS. E-mail: [arenas.carmona@ufms.br](mailto:arenas.carmona@ufms.br)



## ABSTRACT

This paper addresses the importance of integrating digital and media literacy into the curriculum of Youth and Adult Education (YAE) to develop critical digital citizens. The research problem refers to the need to equip YAE students with the skills to responsibly use Information and Communication Technologies (ICTs), in response to the proliferation of fake news and hate speech on digital platforms. The objectives of this study are to analyze how the inclusion of ICTs in YAE can promote digital citizenship and critical literacy, as well as to identify the main challenges and progress in this process. The methodology used is qualitative, involving a literature review on the topic and an analysis of official documents such as the National Curriculum Guidelines (DCNs) for YAE and proposals from the Ministry of Education (MEC). The main findings indicate that, despite progress in the legal and educational fields, challenges remain regarding school infrastructure, teacher training, and unequal access to technologies. The study concludes that YAE, by incorporating digital literacy, not only provides formal education for adults but also plays a crucial role in the formation of critical and active citizens in the digital society, being essential for building a more democratic and inclusive society.

**Keywords:** Criticality.youth and adult education. Fascism. ICTs.

## 1. INTRODUÇÃO

Após a inserção da tecnologia em nossa sociedade, se faz necessário integrá-la em todas as etapas educacionais, pois, fugir a essa questão, derivaria ignorar as capacidades e potencialidades que todo e qualquer ser humano possui de utilizá-la de forma benéfica que propicie uma melhor leitura de si e do mundo, promovendo assim o seu exercício pleno da cidadania. No portal do MEC, em uma proposta curricular para educação de jovens e adultos (2002), prevê que o desenvolvimento da capacidade do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's, só ocorrerá quando a escola for capaz de oferecer a oportunidade, tendo em vista que a maioria dos educandos não terá essa possibilidade de acesso em outros espaços sociais.

Em seus escritos, Paulo Freire (1989) remonta que a educação de jovens e adultos não pode ser tratada como algo reprodutivo, memorizado ou técnico, mas que a partir da realidade do estudante, se acrescente outros saberes, validando assim os anteriores, por conseguinte, sistematizando os novos, levando a crer que uma educação para libertação deve ser crítico-reflexiva, onde o educador seja o facilitador para o protagonismo do educando.

Nesse contexto, a intencionalidade do educador assume um papel central: o educador não deve ser apenas um transmissor de conhecimento, mas sim um agente que estimula a reflexão, o pensamento crítico e o envolvimento dos alunos com o processo de aprendizagem. Ao ser intencional em suas práticas pedagógicas, o educador deve criar um ambiente onde os alunos sintam-se estimulados a questionar, explorar e construir seu próprio saber, desenvolvendo, assim, a



autonomia necessária para um exercício mais pleno da cidadania e de suas responsabilidades no mundo digital.

Como sabido, uma sala de aula composta de jovens e adultos, está inserido grupos que são excluídos socialmente, dentre eles, mulheres, idosos, jovens que precisaram trabalhar muito cedo para manter seu sustento, pessoas que fizeram parte do sistema de encarceramento, dentre outros, o que mostra ser um reflexo de nossa cultura escolar, sendo necessário assim repensar uma prática que contemple mais sujeitos e resulte em menos defasem e traumas em relação ao fracasso escolar.

Um passo prévio implica superar a concepção de que a idade adequada para aprender é a infância e a adolescência e que a função prioritária ou exclusiva da educação de pessoas jovens e adultas é a reposição de escolaridade perdida na “idade adequada. [...] os objetivos da formação de pessoas jovens e adultas não se restringem à compensação da educação básica não adquirida no passado, mas visam a responder às múltiplas necessidades formativas que os indivíduos têm no presente e terão no futuro. Sendo tais necessidades múltiplas, diversas e cambiantes, as políticas de formação de pessoas adultas deverão ser necessariamente abrangentes, diversificadas e altamente flexíveis.” (Di Pierro, Joia e Ribeiro, 2001, p. 70)

Em um grupo composto por pessoas marginalizadas socialmente, a alfabetização e o letramento crítico perante as plataformas digitais se tornam ferramentas de inclusão, promovendo a democratização da informação. Esse processo não apenas facilita o desenvolvimento pessoal, mas também abre portas para o crescimento profissional.

Nesse sentido, o mito da Medusa pode ser uma metáfora poderosa para entender a resistência ao aprendizado e à transformação social. Medusa, em sua transformação em figura temida, simboliza o medo do diferente, daquilo que é desconhecido e desafiador. Essa mesma resistência pode ser observada na sociedade ao lidar com grupos marginalizados, especialmente aqueles fora do "padrão" da educação tradicional.

Quando encaramos o outro como algo a ser destruído ou ignorado, estamos, de certa forma, repetindo a lógica da sociedade que petrifica, que estigmatiza, sem buscar compreender as particularidades e as histórias desses indivíduos. Ao invés disso, a proposta deve ser tratá-los como mistérios a serem desvendados, com sabedoria e sem preconceitos, ou seja, buscando, através da educação, revelar as potências e capacidades desses indivíduos.

Esse conceito de transformação e acolhimento pode ser aplicado na EJA, onde as aulas e práticas pedagógicas devem estar centradas no processo de construção de um espaço de escuta e respeito, permitindo aos alunos explorar seu potencial de protagonismo.

Assim, como Perseu, que ao enfrentar Medusa usou o reflexo de sua imagem para superá-la, a educação precisa refletir as realidades e vivências dos alunos para que eles não se sintam invisibilizados. Entre as práticas pedagógicas possíveis para fomentar esse protagonismo, destacam-se a análise crítica de conteúdo, a comparação de fontes e a formação



sobre diferentes mídias e plataformas de verificação de conteúdo seguro. A abordagem sobre *fake news* é uma maneira eficaz de incitar os alunos a compreenderem como identificar notícias falsas e os discursos de ódio que elas podem promover, permitindo, assim, o desenvolvimento da autonomia e a construção de um ambiente educativo crítico.

A aplicabilidade da Alfabetização e Letramento digital não é algo distante de nós, projetos como EJA Online no Brasil, exemplificam como plataformas de ensino a distância têm sido uma resposta para aqueles que, por motivos diversos, não podem comparecer à escola presencialmente, como trabalhadores e pessoas em situações de vulnerabilidade social (Santos, 2020). No México, o Projeto Educação para Todos trabalha com o uso de vídeos educativos e aplicativos móveis para promover a inclusão digital, focando na verificação de informações e no desenvolvimento de cidadãos digitais críticos (Rodríguez & García, 2022).

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, Minayo (2013) revela que a pesquisa qualitativa tem por objetivo compreender os fenômenos a partir das percepções dos sujeitos envolvidos e de como suas relações sociais estruturam a realidade.

O foco na revisão bibliográfica e na análise de documentos oficiais pertinentes ao tema da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa se propõe a examinar as diretrizes curriculares nacionais e as propostas do Ministério da Educação (MEC), investigando a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no currículo da EJA e sua relação com a formação de cidadãos digitais críticos, complementando, Bardin (2016) diz que a análise de documentos é um método importante na pesquisa qualitativa, tendo em vista uma compreensão contextualizada e aprofundada do fenômeno de em estudo. Além disso, busca-se avaliar os desafios e as potencialidades dessa integração no contexto educacional.

## 2. SUBJUGAÇÃO DOS ESTUDOS DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos, nos seus primórdios se fez presente através da colonização com os jesuítas, em que a atuação era alfabetizar, ou diga-se de passagem, catequizar, indígenas, crianças, no qual o cunho principal era de fornecer uma ação cultural, esta voltada para religião e educacional; Parâmetro que mudou com o estabelecimento da família real no Brasil, onde, ficou clara a defasagem do ensino e o grande número de adultos analfabetos.

Com a saída dos jesuítas, o autor Moura (2003), aponta que:

[...] com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo marquês de

**Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.**  
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



pombal toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombaliana, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior. (p.27)

Percebe-se que desde sua construção a Educação de Jovens e adultos, foi carregada de estigmas seja econômica, social ou cultural, este tipo de visão repercurte até os dias atuais, ao exemplo da forma em como tratam os adultos que participam desta modalidade de ensino como “vazias”, em que o professor precisa preencher essas lacunas.

De acordo com Freire (1996), a educação emancipatória busca promover a transformação, pois é fundamentada numa abordagem crítica. Nessa perspectiva, tanto o professor quanto o aluno estão em constante interação com o mundo e a realidade que os influencia, sendo dela que retiram o conteúdo para o processo de aprendizagem. Esses conteúdos se tornam temas geradores, que surgem a partir da problematização da prática, com o objetivo de estimular uma nova maneira de se relacionar com as experiências vividas.

Saber a importância de que todos vão para o ambiente educacional, possuindo saberes que podem e devem ser utilizados em sala de aula e fora dela, acrescenta discussões, debates e abre novas pautas e pontos de vista, o que para um aluno de EJA, trata-se de um fator importante, pois, ainda se vê a recorrente infantilização de atividades propostas a esse público, em que o sistema educacional e profissionais precisam compreendê-los como seres em constante transformação, possuindo sua própria carga cultural, saberes e aprendizados, para além da formalidade trazida pelos muros da escola.

De acordo com Souza (2021), o papel do docente é fundamental na criação de instrumentos que auxiliem os estudantes na compreensão e desenvolvimento de conteúdos, levando em consideração a realidade de cada um. Para que o aprendizado seja significativo, os conteúdos não podem ser aplicados de forma desconectada da realidade dos alunos. Quando o educador entende esse processo, consegue identificar a maneira mais adequada de desenvolver metodologias de ensino que proporcionem aos estudantes da EJA uma visão crítica, articulada e sistemática sobre o contexto e o espaço em que estão inseridos.

Com a marginalização deste tipo de ensino, os estudantes são subjugados, não só pelo histórico da construção desta modalidade, como pela sociedade e os próprios profissionais atuantes na área. Barreto (2006, p.97) conclui que, “Ao considerar os sujeitos envolvidos, com todas as suas peculiaridades e sintonizados com cada proposta educativa, a discussão acerca da educação como direito nos leva a problematizar o perfil do educador capaz de efetivar esse



processo”.

Tratamentos como, pessoas mais incapacitadas para desenvolver atividades intelectuais, com comparações ao ensino regula, propicia mais a evasão escolar, afetando áreas cognitivo, comportamentais e emocionais do protagonismo de cada ser atuante em sala de aula, os impedindo de explorar mais o ambiente escolar.

Isso reflete diretamente na defasagem dos estudantes para o término de sua escolarização, porque não deve-se pensar somente no oferecimento de vagas, mas sim, como é possível oferecer meios para a permanências dos mesmos no ambiente escolar, estes em sua maioria mulheres, donas de casa, que não concluíram seus estudos porque tiveram filhos cedo e tiveram que exercer a função que é dada pelo sistema heteronormativo patriarcal de “cuidar dos assunto do lar” além de chefiar a casa, em que as escolas, dependendo do oferecimento de vagas, se encontram longe de suas moradias, dificultando sua chegada, ou até custeio de passagens e incentivos locais e familiares para conclusão do ensino.

Atualmente, o Ensino de Jovens e Adultos, obteve avanços, mas que na maioria das vezes reflete somente nos escritos. Nossa legislação de 1988, trouxe a demanda de uma formação apropriada para o educador desta área, no campo jurídico, a LDB 5692/1971 (Brasil,1971), criou um capítulo para o ensino de EJA, e as solicitações necessárias para um profissional atuar com este público.

A lei 9394/96, localizada na nova LDB, pontua a necessidade de uma formação para educadores adequado nesta etapa de ensino, As DCN’s, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Jovens e Adultos, através do parecer 11/2000, trazem à tona uma mobilidade no que se trata da formação do educador/a.

## 2.1. Fascismo, Discurso de ódio e Fake news

Desde a década de 20, a pergunta, o que é o fascismo? gera bastante debates nas esferas acadêmicas e fora dela, com constante crítica e reformulação do seu conceito, estudo este que não permite neutralidade de quem estuda e/ou argumenta, de modo mais restritivo, a concepção clássica, a palavra fascismo tem como origem etimológica, *fascio*, termo italiano que significa feixe de varas, remete a coletividade, de forma sucinta era um feixe de varas amarradas em volta de um machado, usado na Roma Antiga, traduzindo a ideia que uma vara era mais fácil de ser quebrado, mas um feixe é muito mais difícil, usada a primeira vez no Governo de Mussolini.

Definições outras, possuem uma conceituação de maior amplitude que engloba os movimentos regimes que se localizaram na Europa, nos entreguerras:

**Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.**  
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



[...]Ainda existe um debate historiográfico aberto sobre os numerosos movimentos e ditaduras que surgiram nas décadas de 1930 e 1940 na Europa – Vichy na França, o salazarismo em Portugal, os regimes nacionalistas e militares na Europa Central – e também na Ásia, notavelmente no Japão Imperial, ou, mais recentemente, na América Latina. (Traverso, 2021, p.135)

Assim, a concepção sobre o que é o fascismo, diverge em vários aspectos a depender do país do qual estamos tratando sobre o assunto, a forma como ascendeu e como se compreende significados de conceitos como imigração, populismo, totalitarismo etc. Por muito tempo a conceituação ficou somente a cargo das escolas conservadoras e marxistas.

A extrema direita tentou categorizar como movimento revolucionário, diversos historiadores a partir disso, consideram como uma *revolução contra revolução*, ou seja, a revolução sem revolucionários. Nas últimas décadas, a divisão do fascismo e antifascismo deixaram de se concentrar na esfera pública e campo político nos países localizados na Europa, assim a leitura, pressupondo que a maior parte dos estudiosos da área nasceu pós-Segunda Guerra Mundial. Com a mudança nos aspectos do plano sócio-histórico e psicossocial, a nova máquina do capital acompanha essas mudanças, explorando desejos e subjetividades.

A perpetuação de ideologias extremistas no contexto contemporâneo sobre discursos de ódio e *fake news*, se tornam cada vez mais notórios, Althusser (1970) sinaliza que ideologia é um conjunto de ideias que se apresenta de forma explícita, mas também oculta ao mesmo tempo. Ela exerce controle sobre o pensamento e busca defender os interesses de determinadas classes sociais. O sistema educacional atual tende a focar na formação do aluno como um recurso para o mercado de trabalho, preparando-o como capital humano. Essa abordagem pode fortalecer a dominação de certos grupos na sociedade e aprofundar as desigualdades sociais.

E com o avanço das tecnologias da informação e o uso cada vez mais disseminado de rede sociais, a difusão de discursos de ódio e notícias falsas propagam ideias muitas vezes associadas a práticas e pensamentos de cunho fascista. Embora não sejam fenômenos novos, encontram facilidade para novos adeptos, obtendo alcance global intervindo diretamente em nos âmbitos políticos, sociais e culturais.

O que o discurso de ódio faz, então, é constituir o sujeito em uma posição subordinada. Mas o que dá ao discurso de ódio o poder de constituir o sujeito com tamanha eficácia? O discurso de ódio tem tanto sucesso quanto essa explicação dá a entender ou há falhas que fazem com que seu poder de constituição tenha menos sucesso do que supõe a descrição à qual nos referimos? (Butler, p.34, 2021)

O discurso de ódio tem como elemento principal a desumanização de alguns grupos específicos, ligados diretamente a marcadores sociais como nível educacional, religião, orientação sexual, etc. Essa construção de narrativa leva a criar um inimigo em comum,



repercutindo mais a segregação e marginalização desses grupos.

Essas atitudes levam a comportamentos assimilados a regimes de cunho autoritário do século XX, esses pensamentos atingem diretamente a diversidade e deixa o caminho aberto para o autoritarismo, colocando a sérios riscos direitos conquistados ao longo do tempo. Em contraponto as *fake news*, aparecem como um instrumento a crescer, promovendo a desinformação, fomentando uma realidade que incita preconceitos e discursos radicais.

O uso deste tipo de desinformação, possui intencionalidade para manipulação de emoções, que levam desde violências simbólicas ou até físicas. Para os autores Adorno e Horkheimer (1985), A indústria cultural fundamenta-se em padrões técnicos que garantem seu poder de atração sobre o público. Com o constante avanço dessas técnicas, ela consegue renovar de forma eficaz a impressão de realidade que projeta, mantendo os espectadores continuamente envolvidos.

O discurso de ódio e as *fake news* tornam-se assim instrumentos digitais, usado por grupos com tendências fascistas, para mobilizar novos seguidores e dismantlar instituições, criando novas narrativas na política social, alterando significativamente a opinião pública e levando a comportamento de massas. Nas massas o sujeito despersonaliza-se e não há inibições e respeito para pessoas localizadas fora de seu nicho, implicando na fragmentação social.

Assim para ir de encontro ao combate desses agenciamentos, necessário uso de estratégias multifacetadas, que perpassem desde a punição de quem propaga essas desinformações e/ou discursos de ódio, regulamentação do uso das mídias sociais e tecnologias no geral e principalmente a uma educação dialógica e crítica que prepare seres humanos a serem atuantes como cidadãos capazes de questionarem, criticarem e identificar esses conteúdos, para desta maneira, proteger a democracia e pluralidade, que sempre são atacadas em nossa história de avanços sociais.

### **3. RUMO A UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: O PAPEL DA EJA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS DIGITAIS CRÍTICOS**

Ao fomentar o letramento digital crítico na EJA, a educação pode atuar como um antídoto contra a proliferação de *fake news* e discursos de ódio, capacitando os alunos a compreender as informações com as quais se deparam no ambiente digital e a tomar decisões baseados em conteúdos confiáveis. A formação de cidadãos digitais críticos é um passo fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática, onde os alunos da EJA, ao lado de outros grupos sociais, possam ser não apenas consumidores de conteúdo



digital, mas também produtores conscientes e responsáveis de informação.

A incorporação da educação, alfabetização midiática e tecnológica no currículo da EJA, é um passo importante para preparação digital para o mundo contemporâneo e os desafios que a sociedade da informações impõe. O uso em práticas escolares não só leva a aprimoramento de habilidades técnicas, como também estimula o pensamento crítico e a cidadania digital.

Isto não significa em corroborar para o fim da educação tradicional, mas como um bônus para formação humana de indivíduos ativos, autônomos e capacitados para compreender e fazer suas assimilações com seu cotidiano, levando seu saber para outros espaços, como associação de moradores, oficinas em comunidades.

Fazer uso da capacidade crítico e reflexiva em uma sociedade em que as autoridades no âmbito social, no século XXI, não somente estão localizadas nas figuras políticas com grande destaque, mas principalmente nas redes sociais, programas veiculados na televisão, *youtubers*, blogueiros etc. indicando qual produto usar, comportamentos e ideais. Saber como se dirigir a situações enfadonhas como as de cancelamento virtual que desumaniza o indivíduo, trabalhar a emocionalidade, empatia para com o outro se faz importante em uma sociedade em que nenhum indivíduo pode errar e/ou se retratar.

O autoritarismo e a licenciosidade são rupturas do equilíbrio tenso entre autoridade e liberdade. O autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade contra a liberdade; e a licenciosidade, a ruptura em favor da liberdade contra a autoridade. Autoritarismo e licenciosidade são formas indisciplinadas de comportamento que negam o que vinham chamando a vocação ontológica do ser humano. Assim como inexistente disciplina no autoritarismo ou na licenciosidade, desaparece em ambos, a rigor, a autoridade ou a liberdade. Somente nas práticas em que autoridade e liberdade se afirmam e se preservam enquanto elas mesmas, portanto no respeito mútuo, é que se pode falar de práticas disciplinadas como também em práticas favoráveis à vocação para o ser mais. (Freire, 1996, p. 99)

Em resumo, Freire nos ensina que a verdadeira prática disciplinada se constrói a partir do respeito mútuo entre autoridade e liberdade. Nem a imposição rígida da autoridade nem a ausência de regras promovem um ambiente educativo ou social saudável. O equilíbrio entre os dois, respeitando a dignidade e a liberdade de todos, é o caminho para uma educação transformadora e humana.

Mas em uma sociedade de vários anônimos que persegue e ameaça pessoas, enquadrada-se como um novo tipo de autoridade geral, em nossa sociedade que está imersa em uma pseudocultura, os arcaísmos antigos não mais funcionam, atualmente as situações, acontecimentos, relações, passam a se situarem na lógica da imediatividade, havendo mudanças no neurológico e cognitivo, sendo assim, uma sociedade de pessoas dispersas, baseadas tão



somente em opiniões, que estão ao alcance das mãos, direcionada por algoritmos.

A alfabetização digital vai além de simplesmente ensinar o uso de ferramentas tecnológicas; ela envolve uma dimensão ética e crítica, preparando os alunos para serem não apenas usuários habilidosos, mas também consumidores responsáveis de informação. O desenvolvimento de consciência digital e ética, para proteção de dados pessoais, com promoção ao respeito a pluralidade e os perigos de incitar o ódio, trata-se de um aprendizado indispensável em relação ao respeito para com o outro, assim como, a si mesmo, observando que a diferença também existe em seu ser.

O ensino do uso a mídias sociais e tecnologia, pode ser ramificado a várias temáticas com objetivo de orientar esses indivíduos para um mundo melhor. Paulo Freire (1996):

[...] é na convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sóciohistórico-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica. (p. 11).

Para fornecer uma prática inclusiva entre os educandos, faz-se considerável antes de criar estratégias e metodologias que se integrem as TICs, iniciar com uma diagnose do nível de familiaridade que cada estudante possui, levando em conta as ferramentas disponíveis no ambiente educacional, como, internet, computadores, celulares, etc. Após análise planos de aulas, projetos, oficinas devem ser formulados, conforme a proposta sugerida pelo profissional.

A primeiro momento elementos básicos como, uso de e-mail, navegação na internet, uso de redes sociais, programas para escrita, apresentação de slides, os tornam mais autônomos e funcionais em algumas atividades que exijam deles algum conhecimento. Gradualmente os profissionais devem estender para uma contextualização dessas ferramentas no dia-a-dia, aprendendo a pesquisar conteúdos que lhes interessem, busca de ferramentas digitais que auxiliem em sua rotina, ao exemplo de vagas de emprego, cursos, passeios culturais.

Conforme o uso e a internalização o mediador deve dar mais autonomia e encorajar a usarem os meios digitais para comunicarem entre si ou com demais colegas e familiares, entendendo que é um espaço para trocas de informações e criação de conteúdo colaborativo. O ideal é que os recursos estejam sempre dispostos para uso dos estudantes, caso contrário, informá-los sobre locais que tenham acesso.

A avaliação do desenvolvimento precisa ser tratada de modo regular, como qualquer outra matéria integrada no currículo, pois a alfabetização e letramento digital requer uso contínuo para preservação de conteúdos, práticas e saberes, essas atividades avaliativas podem ser realizadas com a produção de textos, apresentações de slides, edições de vídeos.



Desenvolvimento de projetos de pesquisa, que façam uso de coleta de dados, seja para estimular a pesquisa científica ou para produção de relatórios, gráficos, etc. Podendo estender para uso de quiz em grupos para perguntas e respostas sobre segurança digital, *fake news* e outros assuntos pertinentes de forma contextualizada que dialoguem com seus cotidianos e o que esta em voga no mundo.

Dada a importância a esses fatores, a inserção de outras disciplinas como português, geografia, história, para o aprimoramento seja de busca de informações, faz com que seja um elemento introdutório para verificação de informações verídicas ou não, ampliando esses questionamentos para esfera política, crítica e social, com o levantamento de notícias e acréscimo de suas realidades para sala de aula.

Adorno (1965), na apreensão de determinados assuntos, seja conceituais e/ou prático, acredita que seja preciso haver o campo da experiência concreta. Apropriando-se disso, o capital cria estratégias para que não aconteça essa experiência direta, à vista disso, só pode criticar o que é falso, ou seja é preciso a experiência efetiva, “É natural no homem o ser livre e o querer sê-lo; mas está igualmente na sua natureza ficar com certos hábitos que a educação lhe dá.” (La boétie, 1549, p.18). Nos situamos em uma terceirização da experiência, onde a capacidade de refletir é suprimida, através de *feeds*, notificações etc. através de informações já mastigadas jogadas para cada nicho da população, a recusa ao pensar, distanciando e plastificando mais o ser humano, levando ao declínio da existência.

O desenvolvimento de habilidades tecnológicas de forma gradual e acessível, fornece melhor posicionamento a inserção no mercado de trabalho, uso e procura de serviços públicos, evita o cyberbullying; fomentar a participação ativa na sociedade digital no currículo, auxilia ao EJA engajamento social por parte dos estudantes depara em debates políticos, participação em movimentos sociais e o mais importante, saber que o sistema neoliberal não pode silenciar a sua voz.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

“Não quero adultos nem chatos,  
Quero-os metade infância e outra metade velhice!  
Crianças, para que não esqueçam o valor do vento no rosto;  
E velhos, para que nunca tenham pressa.”  
Oscar Wilde.

A educação de jovens e adultos (EJA), ao integrar tecnologias digitais e alfabetização midiática, possui um papel transformador fundamental na formação de cidadãos críticos,



reflexivos e conscientes de seu papel no mundo contemporâneo. O processo de letramento digital, em que os educandos não apenas aprendem a manusear ferramentas tecnológicas, mas também a interpretar e analisar criticamente a informação, emerge como um mecanismo essencial para combater a disseminação de fake news, discursos de ódio e a manipulação digital que ameaçam a democracia e a convivência pacífica em sociedade. Ao fomentar essa capacidade de análise e reflexão, a EJA se coloca como um campo privilegiado para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática, em que as desigualdades de acesso à educação e à informação possam ser superadas.

Contudo, os desafios são inúmeros. A marginalização histórica da EJA, ainda presente em muitos contextos educacionais, exige uma mudança profunda na percepção sobre o público dessa modalidade de ensino. Muitas vezes, ainda se vê o estudante da EJA como alguém a ser "preenchido" com saberes, e não como um sujeito ativo de sua aprendizagem, com saberes próprios e uma história de vida rica e significativa. Superar essa visão e adotar uma postura de respeito e valorização dos conhecimentos pré-existentes de cada educando é fundamental para o sucesso da proposta pedagógica da EJA.

Além disso, o cenário digital contemporâneo, permeado por novas dinâmicas sociais e culturais, impõe uma série de desafios para a inclusão digital. O acesso desigual à tecnologia, a escassez de infraestrutura nas escolas e a carência de uma formação adequada dos educadores para lidar com as novas tecnologias são barreiras que dificultam a implementação plena da alfabetização digital na EJA. A criação de estratégias pedagógicas que contemplem essas questões, incluindo a oferta de ferramentas adequadas e a capacitação de educadores, é essencial para garantir a eficácia do processo de letramento digital.

Outro ponto crucial é a necessidade de preparar os educandos para o exercício pleno de sua cidadania no ambiente digital. Isso envolve não apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também a formação ética e crítica, que permita aos alunos compreenderem os impactos sociais, políticos e culturais das tecnologias. Isso inclui o aprendizado sobre como combater a desinformação, como se posicionar diante das narrativas de ódio e como construir uma comunicação digital responsável.

Em perspectiva, o papel da EJA é, portanto, ainda mais relevante em um mundo digitalizado, onde o conhecimento e a informação têm papel central na formação da opinião pública e na construção da cidadania. A EJA deve ser vista como um espaço de resistência, não apenas contra a exclusão educacional, mas também contra a exclusão digital e as ideologias que buscam marginalizar e desumanizar grupos sociais. O ensino de letramento digital crítico na EJA é um passo importante para garantir que os cidadãos de amanhã, independentes de sua



origem social, sejam capazes de agir de forma consciente e autônoma, tanto no mundo físico quanto no digital.

A implementação de projetos como o EJA Online no Brasil e o Projeto Educação para Todos no México são exemplos concretos de como a alfabetização e o letramento digital têm o poder de transformar realidades e promover inclusão social. Esses programas não só garantem o acesso à educação, mas também oferecem uma oportunidade valiosa para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida no mundo digital.

Embora ainda haja desafios a serem superados, como a desigualdade no acesso às tecnologias e a capacitação de educadores, esses projetos demonstram que, com a estratégia certa, é possível criar soluções inovadoras que empoderam indivíduos marginalizados, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para se tornarem cidadãos digitais críticos e atuantes.

Com a continuidade dessas iniciativas e a ampliação do acesso a tecnologias educacionais, a sociedade pode se direcionar para um futuro mais igualitário, no qual todos, independentemente de sua origem, tenham as mesmas oportunidades de aprender, crescer e participar ativamente da construção de um mundo digital mais justo e ético. A esperança de uma mudança significativa está na capacidade de transformar a educação e a informação em instrumentos de emancipação, autonomia e empoderamento.

Assim, a EJA pode e deve ser um motor de transformação social, proporcionando aos jovens e adultos a oportunidade de não apenas resgatar a escolaridade perdida, mas também de adquirir ferramentas para uma participação ativa e crítica na sociedade digitalizada. É um caminho árduo, mas profundamente necessário para a construção de um futuro mais justo, plural e democrático, onde todos os cidadãos, independentemente de sua trajetória de vida, possam usufruir de seu direito à educação e à informação de forma plena e emancipada.

## 5. REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista**. Blog da Boitempo, 25/10/2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>> Acesso em 01/08/2019.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre a reprodução no sistema econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1970.

**Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.**  
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARRETO, V. **Formação Permanente e Continuada**. In: SOARES, Leôncio José Gomes (Org.) **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 93-101.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB nº 11/2000, de 10 de maio de 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2000, Seção 1, p. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 25 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: 25 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução** / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. 148 p.: il. : v. 1.

BUTLER, J. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. E-book. Tradução de Susana de Macedo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

CHOMSKY, N. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, p. 58-77, nov. 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FREUD, S. **Psicologia de massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Companhia das Letras, 2011.

LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. 1549.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MOURA, M. G. C. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

SANTOS, A. **EJA Online: O Ensino a Distância como Ferramenta de Inclusão**. São Paulo: Editora Inclusão & Ensino, 2020.



SOUZA, L. D. **Dificuldade na alfabetização e letramento de jovens e adultos**. 2021. 56 f. Monografia de Graduação - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2021.

TRAVERSO, E. **As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita**. Editora: Âyiné, Belo Horizonte, Veneza, 2021, 1º ed.